

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SECRETARIA DA CULTURA



BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SEUS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE LEITORA

Diálogos do 6º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias

Notas
de **biblioteca 7**



Notas
de **biblioteca** 7

BIBLIOTECAS PÚBLICAS
E SEUS DESAFIOS
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA
SOCIEDADE LEITORA

Diálogos do 6º Seminário Internacional
de Bibliotecas Públicas e Comunitárias

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca de São Paulo

Bibliotecas públicas e seus desafios para a construção de uma sociedade leitora: Diálogos do 6º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias / organizado por SP Leituras - São Paulo : Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, 2014. 64 p. (Notas de biblioteca ; 7)

Colaboradores: Claudia Maria Giraldo Arredondo, Cristina Mello, Eliana Yunes, Marcello Fragano Baird e Maria Gabriela Jara Valdivia. Inclui bibliografias

1. Bibliotecas - administração. 2. Bibliotecas públicas - Brasil.
I. SP Leituras. II. Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo.

CDD 020.4

Índices para o catálogo sistemático

- 1. Bibliotecas 020
- 2. Bibliotecas Públicas 020.4

Edição: Leonel Prata

Projeto gráfico: Luciana Fernandes

Ilustrações: O Silva

Fotos: Antônio Santana (Ciaprod Produções)

Textos: Claudia Maria Giraldo Arredondo, Cristina Mello, Eliana Yunes, Marcello Fragano Baird e Maria Gabriela Jara Valdivia

Revisão: Marcia Menin

Tradução: All Tasks Traduções Técnicas (textos: Las bibliotecas públicas de Comfenalco Antioquia: una apuesta por la inclusión y la participación, de Claudia Maria Giraldo Arredondo, e Los Centros de Recursos para el Aprendizaje (CRA) en Chile, de María Gabriela Jara Valdivia)





A ampliação do acesso à informação e à leitura está entre as prioridades da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, que considera as bibliotecas públicas espaços privilegiados para o desenvolvimento de atividades com essa finalidade. Não apenas porque se trata de espaços físicos dotados de acervos e equipamentos, mas principalmente porque são ambientes de relacionamento entre pessoas.

É por acreditar nisso que a Secretaria tem intensificado as atividades de capacitação dirigidas às equipes que trabalham nas bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SisEB). O ponto alto do programa de capacitação é o Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, que em 2013 teve sua sexta edição.

Desse programa também faz parte a série *Notas de Biblioteca*, a qual este volume integra, compilando as discussões ocorridas no Seminário de 2013 e que, registradas nesta publicação, poderão alcançar maior número de profissionais, além dos quase 600 que estiveram presentes ao evento.

Convidamos todos os profissionais do SisEB e demais interessados no tema a desfrutar a leitura deste caderno, intitulado *Bibliotecas públicas e seus desafios para a construção de uma sociedade leitora*. Temos a certeza de que estas páginas serão inspiradoras e contribuirão para elevar cada dia mais a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos que vivem em nosso Estado.

MARCELO MATTOS ARAUJO

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA DE SÃO PAULO

A cada número do caderno *Notas de Biblioteca*, deparamos com a seguinte questão: “Que conteúdo vamos abordar dentre tantas demandas de nossos profissionais?”.

Resolvemos então potencializar os resultados de nosso 6º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, que aconteceu de 4 a 6 de dezembro de 2013, no Memorial da Inclusão, na cidade de São Paulo.

Essa decisão foi tomada porque todos que estiveram lá puderam sentir a intensidade dos três dias que vivemos. Antes, o susto: quase tivemos de cancelar o evento por causa do incêndio no Auditório Simón Bolívar, no Memorial da América Latina, mas conseguimos novo espaço para abrigá-lo.

Talvez esse trágico imprevisto tenha colocado todos os participantes na mesma sintonia em que já estava a Comissão Organizadora: o evento precisava acontecer. E aconteceu!

Propusemos uma experiência diferente: um dia reservado ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SisEB), e a resposta a isso foi extremamente positiva. Dedicamos um dia inteiro para fazer um balanço de nossas ações e alinhar a agenda para 2014.

E também pudemos contar com especialistas que falaram sobre os temas que sempre estão em nossa pauta: gestão de espaços, incentivo à leitura, envolvimento e participação da comunidade e fortalecimento das bibliotecas como espaços de inclusão à leitura e à cultura.

Ao final do evento, fizemos um pedido especial a todos os palestrantes: a elaboração de um texto com o conteúdo de sua fala. Sentimos a necessidade de registrar o momento do evento, na tentativa de fazer ecoar essas vozes para que atingissem mais pessoas.

Foi com esse espírito que elaboramos esta edição, contando com a generosidade dos colegas que aceitaram nosso pedido. Por esse motivo, temos a voz de Portugal, do Chile, da Colômbia e de nossos queridos amigos brasileiros. A todos vocês, autores destes textos, nosso muito obrigado!

Desejamos que os profissionais que estiveram conosco possam rever as falas e se lembrar dos diferentes sotaques, reflexões e debates que tivemos. Esperamos que aqueles que não puderam participar possam também desfrutar as experiências apresentadas e se organizar para que estejam presentes nas próximas edições, pois nada substitui a presença no evento.

Por fim, acreditamos que a leitura ou releitura deste caderno trará muitas contribuições para o desenvolvimento de nossas bibliotecas e de suas comunidades.

Boa leitura a todos!

ADRIANA CYBELE FERRARI

COORDENADORA DA UNIDADE DE BIBLIOTECAS E LEITURA





Índice

11 PRÁTICAS DE LEITURA NA BIBLIOTECA
PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
CRISTINA MELLO

19 CENTROS DE RECURSOS PARA
A APRENDIZAGEM (CRA) NO CHILE
MARIA GABRIELA JARA VALDIVIA

33 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE COMFENALCO
ANTIOQUIA: UMA APOSTA PELA INCLUSÃO
E PARTICIPAÇÃO
CLAUDIA MARIA GIRALDO ARREDONDO

43 ADVOCACY: INFLUENCIANDO
AS POLÍTICAS PÚBLICAS
MARCELLO FRAGANO BAIRD

53 A PROVOCAÇÃO QUE A LITERATURA
FAZ AO LEITOR
ELIANA YUNES



PRÁTICAS DE LEITURA NA BIBLIOTECA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

CRISTINA MELLO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Para que possamos atender aos novos desafios da sociedade como propulsora de inovação nas bibliotecas, creio estarmos de acordo sobre a pertinência de ações que sejam inteligentes, sustentáveis e inclusivas.

Como em outros sistemas educativos e culturais, afigura-se consensual a conjugação desses vetores na concepção da identidade desse portal de acesso ao conhecimento que é a biblioteca, designadamente no que diz respeito a uma oferta de serviços diversificada, atualizada, acessível à comunidade.

Para que a biblioteca ambicione programas inovadores, deverá dispor de estruturas materiais e recursos humanos adequados, pelo que o investimento na formação dos agentes que nela atuam depende da atenção dos organismos do Estado, nomeadamente no que se refere à formação de uma literacia atualizada no âmbito da leitura. Tal necessidade justifica-se tanto mais quanto sabemos que uma formação na área da leitura, e em especial da leitura literária, constitui requisito fundamental da formação dos bibliotecários que atuam também como mediadores de leitura. Com efeito, é da conjugação desses vetores que se pode conceber uma oferta fundamentada em princípios de gestão cultural, de modo a permitir que os profissionais atuem em prol do cumprimento da missão da biblioteca na difusão do conhecimento e da cultura.

Objetivos inovadores para uma prática cultural inclusiva apoiam-se em ações que proporcionam o acesso ao acervo da biblioteca em seus diferentes âmbitos (específico ou generalista) para os usuários (criança, adulto, público escolar e outros), com uma frequência e um grau de satisfação significativos (medidos por estatísticas) para todas as pessoas da comunidade local (em suas especificidades culturais e sociais). Atendendo às necessidades de certos indivíduos, a biblioteca poderá conceber atividades que permitam o acesso ao livro e a outros materiais em formato áudio e vídeo a pessoas que, por circunstâncias diversas, não podem deslocar-se à biblioteca, como é o caso de residentes em lares de idosos (especialmente aqueles com saúde mais frágil), doentes hospitalizados e indivíduos com residência em prisões.

Objetivos inovadores na promoção do livro e da leitura, enfim, na promoção do acesso ao conhecimento que a biblioteca proporciona, implicam uma gestão eficiente de serviços estruturais, de atividades periódicas, todos em estreita ligação com a comunidade (famílias, escolas, coletividades, etc.). Uma gestão dinâmica

requer o contato e o intercâmbio com outras bibliotecas, uma relação efetiva com outras estruturas às quais a biblioteca deve sua existência (câmaras municipais, rede de bibliotecas públicas, serviços centrais do Estado que monitoram as ações em nível local). Mas, para além dessa dimensão orgânica da existência da biblioteca, o diálogo com a sociedade civil pode-lhe conferir uma mais-valia na dinamização de projetos potencialmente eficazes.

São exemplos de êxito os casos de bibliotecas cujas atividades na promoção do livro e da leitura contam com a intervenção de bibliotecários que se identificam com a dinamização da leitura, isto é, bibliotecários que são leitores competentes, motivados e interessados pelo universo do livro e que, em virtude das exigências de suas necessidades, prezam sua formação, se não ao longo da vida, pelo menos ao longo de sua carreira profissional. Ações inteligentes são suscetíveis de valorizar as pessoas, na dimensão do ser, do saber e do saber-fazer. Trata-se, por isso, de promover a capacidade de ler e escrever desses agentes culturais (que são os bibliotecários) e colocá-la a serviço dos usuários para que eles também possam exercer uma cidadania ativa e esclarecida.

Não será um dos deveres do bibliotecário como mediador cultural, que também não deixa de ser, participar da promoção de projetos, de maneira a ampliar o conhecimento e a cultura de sua comunidade? Ações desse escopo podem beneficiar parcerias com entidades da sociedade civil e com o meio escolar e acadêmico. Por essas razões, são de valorizar programas de estágio de estudantes de biblioteconomia em bibliotecas de porte diversificado, na medida em que permitem o contato de futuros profissionais com diversos ambientes, estruturas e serviços. A esse respeito, parece-me fundamental que se continue a investir em projetos que agreguem especialistas de várias áreas do saber e profissionais com qualificações e experiências múltiplas.

A título de exemplo, a conjugação de pares na área do livro e da leitura pode resultar num saber não desprezível no âmbito da formação de leitores. Nesse sentido, reputo como modelares projetos de investigação de diversas naturezas científicas e pedagógicas que associem professores de vários níveis de ensino, incluindo o superior, com interesses e formações na área do conhecimento do ensino da leitura, entendida como construção semiótica de sentidos, com uma significação que é sempre social e histórica. A propósito, neste auditório,

encontram-se bibliotecários com formações académicas distintas, cuja intervenção nos debates indiscutivelmente amplia nosso conhecimento sobre o que são e o que podem ser exemplos de boas práticas.

Considerando agora a sustentabilidade como um parâmetro estruturante das bibliotecas públicas, enfatizaria a vertente ecológica da sustentabilidade como um desiderato ao qual a biblioteca não será indiferente. Assim, a oferta de serviços em multimídia, a necessária disponibilização de computadores com acesso à internet, as plataformas digitais (*blogs*, comunidades sociais, etc.), entre outros recursos, ampliam as possibilidades de acesso dos usuários, operacionalizando maior rendimento dos recursos materiais e humanos.

Atendendo ao pedido que me foi dirigido pela organização deste seminário, passo a exemplificar ações concretas, com um viés inovador, designadamente no que concerne ao desiderato da cidadania.

Da biblioteca escolar da Cité Scolaire Internationale Europole, em Grenoble, vale destacar seu funcionamento para a comunidade nos fins de semana. O edifício que alberga a biblioteca foi concebido para que um serviço cultural oferecido ao público em geral viesse a concretizar uma missão que se situa para além das atividades escolares. O abrir de portas da biblioteca para o exterior do edifício (sem comunicação com a escola) faz dela um portal que favorece a comunidade que reside nos arredores da cidade.

Da Biblioteca Municipal de Coimbra, gostaria de evocar a mais-valia de seu enquadramento arquitetônico. Debruçada parcialmente sobre um jardim central, com uma considerável área verde, a sala principal de leitura oferece aos usuários um belo e idílico cenário, que, de certo modo, se afigura como um horizonte de tranquilidade e harmonia, sem dúvida auspicioso de bons momentos de recolha interior, em que os olhos que leem deixam o mundo exterior e, sossegadamente, fazem da leitura uma atividade produtiva em todos os níveis. Quem frequenta essa biblioteca não fica alheio aos recantos do Jardim da Sereia, fronteiro a um dos lados do edifício. Outra mais-valia dessa biblioteca é a ligação interna com um restaurante universitário, o que também não deixa de constituir um aspecto interessante em termos de convívio entre pessoas.

Da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia, município limítrofe à cidade do Porto, ao norte de Portugal, sublinharia dois ambientes que são gratos a seus





usuários e que complementam o recinto central de consulta. Refiro-me a uma pequena sala destinada a grupos escolares, que podem comodamente realizar seus trabalhos, sem prejuízo da necessária interlocução. O outro espaço que me apraz mencionar é sua ludoteca. A criança da mais tenra idade nela encontra livros e jogos que desenvolvem a ludicidade, o imaginário, a motricidade. É interessante observar o entusiasmo e a alegria das crianças ao dirigirem-se para esse espaço, só delas. Igualmente surpreendente é ver os pequeninos à entrada da biblioteca, beneficiando-se de estantes de seu tamanho, recheadas de livros de literatura e também de livros didáticos de consulta livre.

Dentre muitas outras atividades associadas à formação do leitor e à promoção da leitura literária, nos âmbitos infantil e juvenil, desde ler, ouvir e contar histórias até as oficinas de leitura e as sessões com autores, uma modalidade que tem ganhado espaço e conquistado as crianças são as leituras com animações em multimídia. Vale a pena investir nesses formatos de leitura que aliam o livro, o encanto da voz, a música e, eventualmente, a *performance*.

Da rede de bibliotecas de Barcelona, integrada num conjunto de mais de 200 unidades públicas, destaco a configuração de um espaço de promoção da cultura com atividades diversificadas durante todo o ano, como clubes de leitura, saraus literários, encontros com escritores, exposições, oficinas de leitura e escrita criativa. Como prática inovadora, merece destaque ainda o serviço de entrega domiciliar de livros para pessoas com dificuldade de locomoção, as quais podem beneficiar-se de um serviço de voluntariado de leitura em seu domicílio.

Práticas de leitura inovadoras não acontecem por acaso. O que parece fazer a diferença é a confluência entre condutas responsáveis, formação dos profissionais, forte motivação pessoal, sem esquecer, evidentemente, a disponibilidade de recursos financeiros.

No contexto deste seminário, recordaria o que disse Michèle Petit (2010, p. 172): “*No es la biblioteca o la escuela la que despierta el gusto por leer. Es un maestro, un bibliotecário que, llevado por su pasión, y por su deseo de compartida, la transmite en una relación individualizada*”. Infere-se dessa afirmação a noção, que merece ser recordada, de que ao mediador assiste um papel fundamental na formação do leitor. É sobre ele que recai a responsabilidade de atender às necessidades dos leitores, respondendo ao desafio da inovação e da originalidade.

Tarefa que exige saberes conteudísticos e processuais, técnicos e materiais, mas também grande sensibilidade no exercício de um ofício cultural que impõe ciência e a paciência do tempo. Além do mais, não se pode perder de vista que o leitor se forma ao longo de toda uma vida: “*La lectura literaria no es un gol que se hace, y con el cual se asegura el partido. Es, por el contrario, un proceso continuo de encuentros y desencuentros, de aceptaciones y rechazos, en el cual el mediador jugará sus cartas para que los rechazos sean menos y más los encuentros*” (Munita, 2010, p. 52).

A terminar, gostaria ainda de relembrar que a biblioteca pública (é dela que falamos nestes dois dias) constitui um espaço que, além de viabilizar o acesso ao conhecimento e à cultura, possibilita a busca de informações úteis para a gestão de aspectos do cotidiano das pessoas, nomeadamente consultar jornais em suporte gráfico e digital e tratar de questões de foro burocrático.

Em certas partes do mundo, como no caso de uma Europa a viver uma crise econômica, afetando a qualidade de vida, em diversos níveis (material, social, político, econômico) a biblioteca começa a ser, para além de um espaço cultural, uma alternativa para a busca de emprego; vale lembrar que a ligação à internet tem um custo financeiro que não está ao alcance de todos e que muitos que podiam dela usufruir hoje já não podem. Ela é também local de sociabilização e, em alguns casos, de formação profissional, nomeadamente por meio de cursos gratuitos que oferece à comunidade. Assim, além de local de obtenção de conhecimento, ela se afigura como uma alternativa à ocupação inteligente do ócio. Além disso, os espaços da biblioteca não deixam de ser um agasalho e um aconchego à solidão, tendo em vista a possibilidade de convívio humano, mesmo que na comunhão do silêncio a que a leitura convida.

Uma vez mais, agradeço o convite para emprestar minha voz para falar num assunto que considero de grande relevância política, social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MUNITA, F. *Literatura infantil y escuela: un diálogo posible*. Valdivia: Kultrún, 2010.
- PETIT, M. *Nuevos acercamientos a los jóvenes y la lectura*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999.



CENTROS DE RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM (CRA) NO CHILE

MARIA GABRIELA JARA VALDIVIA

SUBCOORDENADORA DE BIBLIOTECA ESCOLAR CRA

UNIDADE DE CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DO CHILE



O QUE ESTÁ ACONTECENDO ATUALMENTE NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES?

As bibliotecas escolares (BE) tiveram uma mudança radical e profunda. Agora veríamos muito poucas bibliotecas à moda antiga, já que, como nunca, a BE evoca por si mesma um espaço agradável e atento a nosso tempo.

Mas isso significa que a BE não deve mais pensar em sua renovação? Ela está totalmente inserida na atualidade de tal modo que possa ser considerada “liberada” dessa preocupação? Apesar da mudança alcançada e da adaptação da BE às características de nosso ritmo tão apressado, e em um cenário intelectual de diversidade crescente, a ponto de parecer infinito e difícil de abranger, novas mudanças acontecem no entorno social e tecnológico que tornam impossível para a BE qualquer tentativa de “dormir no ponto”.

A cultura é globalizada e as culturas se entrelaçam. Os produtos culturais vivem também esse duplo processo de massificação e de constante renovação, o que gera uma permanente miscigenação cultural – local e global ao mesmo tempo –, como se fosse uma grande cozinha mundial de ideias, conceitos, ficções, conhecimentos, mapas, músicas, etc.

1 A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO UM MUNDO DIFERENTE, LONGÍNQUO E PRÓXIMO AO MESMO TEMPO...

A princípio, então, compartilho com vocês meu ideal de BE para os dias de hoje, e que tentamos infundir aos CRA do Chile. A BE pode ser um espaço de aprendizagem, um verdadeiro núcleo pedagógico da comunidade educativa, aberto a múltiplas formas e suportes de informação, atento à diversidade ao redor, global e local ao mesmo tempo, ativo e propositivo, onde a gestão anteceda os desafios.

Acredito que seja particularmente importante uma característica ideal de nosso tempo dessa BE: que seja um lugar de miscigenações, de cozinha de ingredientes globais e locais, onde a constante renovação do mundo encontre um eco evidente por meio da coleção e um espírito de abertura e de ir ao encontro do entorno, para conhecê-lo, descobri-lo e vinculá-lo a tudo o que acontece em outros lugares e contextos de referência. A biblioteca escolar como um mundo diferente, longínquo e próximo ao mesmo tempo... Dessa interação e abertura, a BE aprende e vai se reformulando, vivendo em carne e osso a miscigenação. Resgata coisas do passado e as atualiza para adequá-las ao presente: a BE é *vintage*. Observa o mundo. De toda a diversidade das novidades, seleciona em função do que está cozinhando em seu grande laboratório de ideias para fazer dela o nó central da aprendizagem e o prazer da leitura em sua comunidade educativa. Essa BE inserida nos

atuais fluxos de ideias, informação e imagens não espera o leitor, mas brinca com ele, o seduz com propostas inovadoras, convida a comunidade a participar, desafia uns e outros e os torna convergentes a todos em seu território. Da altura imaginária, a BE é vista como um coração pedagógico que irriga toda a comunidade educativa...

2 RITMOS PEDAGÓGICOS DA BIBLIOTECA ESCOLAR QUE VÃO IRRIGANDO A COMUNIDADE ESCOLAR

Essa BE deve apoiar os processos de aprendizagem, mas também pode ser um lugar convidativo, um lugar de descobertas, entretido e apaixonante. Isso implica redescobrir a dimensão pedagógica da BE. Sabemos que a BE está inserida em comunidades educativas com características próprias. Cada país, comunidade, localidade, escola tem planos educativos que se diferenciam uns dos outros. No entanto, é a BE que, em escala local, pode ajudar a estabelecer nexos entre o currículo e o mundo da leitura e da aprendizagem. É por meio da BE – centro de circulação de informação múltipla em constante revisão e renovação – que os diversos setores de aprendizagem podem se nutrir de material pedagógico para que seus estudantes se transformem em leitores por prazer e bons pesquisadores.

Nesse sentido, a BE desempenha papel especial na comunidade educativa. Muitas vezes, cada setor de aprendizagem se encarrega de transmitir conhecimentos relativos a sua área. Entretanto, a BE não pode se limitar a um único setor. Sua vocação de diversidade exige que seja aberta a todos os setores e matérias, para refletir essa diversidade em sua coleção e para prestar um serviço de qualidade em suas diferentes áreas. A BE é um espaço democrático de informação, onde se encontram as diferentes ramificações do conhecimento em convivência ecológica, irradiando essa diversidade para os diferentes atores da comunidade educativa, já que entende que o pedagógico não é somente o que acontece na sala de aula, mas também o que vincula a aula aos docentes, à biblioteca, às famílias, aos representantes, aos estudantes, à diretoria, etc.

3 HÁ LAÇOS E LAÇOS PEDAGÓGICOS

Redescobrir o pedagógico na BE revela a estreita relação entre ambos os âmbitos. Na realidade, não se trata de um vínculo, e sim de uma complexa soma de relações entre a BE e os diversos membros da comunidade escolar direcionados aos fins pedagógicos – o fim comum dos atores escolares. Como a BE tem a tendência de ser chamada, por vocação justamente, o centro nevrálgico da leitura e aprendizagem, deve verificar o tipo de vínculos que precisa tecer, construir, desenvolver e manter com os diferentes atores da comunidade educativa.

O bibliotecário responsável desempenha papel especial. Sua curiosidade é a arma secreta da BE. Na medida em que o bibliotecário guia a comunidade educativa, sendo o mediador da leitura, sua capacidade de renovar seu imaginário e suas referências, com base naquilo que chama sua atenção e a de seu entorno, é fundamental para dar vigência à BE. A curiosidade é sua melhor estratégia para logo difundir e informar a comunidade educativa sobre os recursos disponíveis, estimular a leitura por prazer, educar os usuários para usar a coleção e encontrar informação de maneira autônoma, integrar efetivamente a biblioteca escolar ao currículo e contribuir para seu desenvolvimento, promovendo uma imagem da BE como lugar de encontro, intercâmbio e cooperação.

Podemos dizer que existem pelo menos três tipos de vínculos pedagógicos nos quais a BE representa papel fundamental: a educação de usuários, a colaboração pedagógica entre a BE e docentes, e o apoio ao leitor diário e sistemático em todos os espaços. Veremos, adiante, outros fatores, menos visíveis, mas que são igualmente importantes para dar vida aos vínculos pedagógicos da BE.

A educação de usuários é o que a BE faz: implica ensinar a usar a coleção, informar sobre serviços prestados, desenvolver valores e normas conforme o ambiente e o espírito próprios da BE, tais como a tolerância, a liberdade de expressão, o respeito pela propriedade intelectual e o amor pelo conhecimento. Refere-se a tudo aquilo que os usuários ensinam à BE e que permite melhorar seu desempenho. Ao dizer isso, propomos um ponto de vista diferente. Em geral, esse item é bem considerado no âmbito da avaliação, como parte de um dos atores da comunidade educativa cuja informação pode ser relevante para melhorar a gestão e o desempenho da BE. No entanto, o que queremos dizer é que a BE também é em si uma instância de aprendizagem constante; deve aprender a conhecer seus usuários, seus interesses, suas paixões e suas motivações, deixar-se ensinar por eles e, com base nessa aprendizagem, focar seu desempenho.

A colaboração pedagógica entre a BE e os docentes, porém, implica desenvolver habilidades de informação; é o trabalho de coordenação realizado para melhorar o trabalho docente na sala de aula e o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa relacionados com o currículo. A ideia é que os estudantes mantenham, de modo sistemático e ao longo de sua experiência escolar, uma relação com o conhecimento, de indagação, sistematização, interpretação e uso, que por sua vez os leve a descobrir e aprender pontos-chave sobre como se aprende.

Um terceiro vínculo pedagógico está relacionado com o apoio ao leitor diário em todos os espaços do estabelecimento, certamente tendo bons mediadores na biblioteca.

Quem é um bom mediador nas bibliotecas escolares CRA? É o rio que separa as duas margens ou o rio que as une? O bom mediador é um profissional preparado que, aberto ao acaso das descobertas dos leitores, é capaz de responder a suas dúvidas e preocupações, de ser uma presença que dirija e encaminhe sua navegação, sem que o gosto pela aprendizagem e pela leitura se torne aleatório e fique perdido em preocupações. Na educação de leitura e informação, minimizar a possibilidade ou componente aleatório é fundamental para estar preparado para responder aos leitores. Nossa tarefa é, contra tudo e todos, a de conseguir o maravilhoso encontro entre crianças e jovens e os conteúdos. Se eles descobrem uma leitura por acaso, é maravilhoso! Porém nós, como mediadores, temos de estar preparados para isso. Propiciar o encontro é uma atitude que requer que se saiba quando se retirar, quando desaparecer como mediador, para que ocorra o encontro entre o conhecimento e o estudante, mas sempre com a disposição para entrar de novo em cena se o leitor assim o requerer e pedir ajuda ou companhia. O papel do mediador é de suma importância, porque, além de acadêmico e formal, é humano. Os estudantes sentem essa presença. O ser humano passa a ser um objetivo em si; o mediador torna-se um livro aberto.

Além da presença humana, outro elemento marca a diferença: o espaço. O espaço intercede nesse encontro; a forma em que é concebida a biblioteca escolar ajuda a aproximar a informação e a leitura. O espaço também é um mediador. Uma biblioteca escolar desabilitada reduz a oportunidade dos encontros entre os livros e os leitores. Os espaços não podem ser pensados como algo imóvel em sua perfeição. Não funcionam assim. É preciso dar uma intenção ao movimento, introduzir vida neles e vesti-los de gala para ocasiões especiais. Que seja um espaço que surpreenda, aguce a curiosidade, a imaginação e a criatividade, além de mostrar que é dedicado aos leitores. Cuidemos cada centímetro quadrado do espaço do CRA: desde a limpeza e uma proposta estética atraente até a ordem da coleção, tendo sempre em mente sua transcendência na ação de acolher os estudantes e entregar a eles um momento grato no ato da leitura. Como mediadores da leitura na BE, gostaríamos que, ao atravessar a porta, o “visitante” se sinta em uma atmosfera diferente e particular, única, que encontre entre suas paredes um microclima cultural, onde seja convidado a se aproximar do mundo dos livros, das histórias e a participar de uma agradável conversa. Em resumo, um lugar onde se sinta mais pleno que em outros espaços do estabelecimento educativo.

4 VÍNCULOS FREQUENTES: TRANSITAR VARIADAS E COMPLEXAS PONTES

Todo vínculo requer trabalho sistemático. Um vínculo supõe a união entre duas coisas que poderiam permanecer isoladas. Um vínculo é uma ponte que facilita o trânsito entre dois pontos separados e que, mediante sua construção, termina unindo-os até que nos pareça que formam uma coisa só. Todo vínculo requer, então, dedicação e esforço para que, no primeiro momento, seja construído e, depois, para que se mantenha em funcionamento, já que sem a adequada manutenção pode, no pior dos casos, deixar de ser utilizado ou desaparecer. Os tipos de vínculos que têm de ser construídos e dos quais devem participar a BE e o restante dos atores da comunidade educativa implicam alguns desafios, situações que talvez façam com que, de início, o esforço requerido seja maior: resistências para ultrapassar...

Em primeiro lugar, a “não valorização” do trabalho e da missão da BE. Como incentivar, fazer frutificar um vínculo entre instituições ou pessoas se não se valoriza o que se faz? Em muitos casos, a BE arca com essa não valorização, o que pode resultar em certa indiferença para ela e seu trabalho. Estritamente relacionada a essa não valorização está a desinformação sobre seu trabalho. Podemos atribuir alguma responsabilidade por esse fenômeno a certo império da cultura *light* e à memória de curto prazo que estimula, em um mundo onde as novas notícias preenchem o presente e deixam para trás eventos ocorridos apenas. Outro desafio que afeta o vínculo pedagógico-BE é a falta de recursos, sejam eles da coleção ou do orçamento. Isso faz com que a oferta que se pode fazer aos docentes ou aos usuários não pareça tão atrativa ou não satisfaça a demanda, ou que existem empecilhos para a realização de projetos que impedem empreender novas atividades por falta de meios. Isso, claramente, impõe um limite à BE. De outro lado, uma BE que conta com recursos mas tem uma gestão ruim ou deficiente também não poderá estreitar o vínculo pedagógico com as outras partes.

Também é permitido perguntar pela apatia da leitura dos mais jovens. À equipe da BE, isso deveria provocar muita vontade de “despertar” os jovens dessa sonolência leitora, pois por meio da leitura poderiam se agitar, despertar, mobilizar-se em direção aos novos conhecimentos. Mais ainda quando, no Chile, passamos por um grande tremor sísmológico para um sociológico, e que pode ser uma grande oportunidade para as BE, para aproveitar a energia desencadeada... Não há dúvida de que se trata de um desafio muito grande.

Por último, o fantasma do “inovador”... o qual muitos temem. Com frequência, há opiniões da equipe da BE ou dos docentes e diretores sobre o que deveria ser feito na



sala de aula e o que não é determinante. Dissemos no início que a BE conseguiu impor uma mudança profunda na maneira de entender o que é uma biblioteca escolar. No entanto, ainda resta o trabalho para estender as fronteiras dessa mudança de paradigma até a sala de aula ou entre os diretores, assim como ao restante da comunidade. De outro lado, a restrição da parte pedagógica a um único tipo de instância, com um só tipo de recurso de aprendizagem, também limita as opções para desenvolver o vínculo pedagógico-BE. Esse temor à dispersão é muito influenciado pelo discurso que vê na diversidade crescente de informação, de meios para transmiti-la (especialmente na tecnologia e na “ameaça” ao livro tradicional) um perigo em vez de uma oportunidade, produzindo assim um tipo de “bloqueio”, como um marisco ou avestruz, que prefere se afastar ou não ver essa diversidade a enfrentá-la, para enxergar apenas uma forma de relacionar a BE à pedagogia.

5 NECESSITAMOS CIDADÃOS LEITORES

São desafios que a BE deve superar... ou aproveitar. Não podemos ficar na mera contemplação... A BE pode ser comparada a um surfista, que tem de ficar em pé sobre as ondas. Como bom surfista, deve entender que as ondas são parte inerente a sua atividade e que seria muito tedioso “surfar” em um mar sem ondas...

Para visualizar esses desafios e as formas de responder a eles, ocorre-me outra metáfora relacionada ao mar: a BE é um farol. A educação, no entanto, é uma grande viagem na qual estamos todos embarcados – desde a escola somos guiados pelos docentes, mas quando adultos logo devemos aprender por nossa conta – até chegar à terra de nosso destino... a dos novos cidadãos leitores, livres e informados, para a sociedade do amanhã...

Antes, o farol com um único raio de luz garantia a navegação das embarcações. Hoje, porém, há uma quantidade impressionante de embarcações: canoas que levam pequenos grupos de leitores a portos de chegada muito diversos; navios de tamanho médio, que são aqueles guiados por um professor que motivou seus alunos na leitura; e também transatlânticos, que vão ao encontro dos *best-sellers*, como *Harry Potter*. Há muitos navios, grandes e pequenos, dotados da mais alta tecnologia: navegação por GPS via satélite. E, no entanto, nem todos sabem aonde ir. Além disso, existem muitos “cantos de sereia” que atraem as embarcações, sem saber muito bem aonde estão indo. Do farol, a BE pode ver a diversidade que reina nessa multiplicidade de trajetos.

Tal imensidão do oceano é também a imensidão do território pedagógico por explorar, o vasto mundo por conhecer. E não só o mar, mas também cada ilha e

continente, todo o céu que cobre o mar e tudo o que está sob sua superfície. Pois é preciso conhecer tanto o que vemos à primeira vista como o que nos exige mergulhar para se revelar. Parte da história se encontra no fundo do mar. Ali jazem tesouros de outras épocas que a BE, como arqueólogo subaquático, pode nos dar a conhecer.

Tudo pode ser navegado (não navegamos também na parte virtual?). As direções possíveis são múltiplas. Nesse contexto, muitos pensariam que um farol já não é necessário. E, no entanto, ao contemplar sobre a superfície do mar o complexo movimento, algo confuso de tanta embarcação, a equipe que trabalhava nele, herdeira de um conhecimento que pode ajudar as embarcações, tem a possibilidade de renovar suas estratégias para serem tão úteis ou mais do que antes...

Diante do risco de “dispersão” das embarcações e do pânico de vê-las perdidas sem rumo, o melhor é abandonar a ideia de um único raio de luz para todos. Seria absurdo continuar igual a antes, já que muitas embarcações permaneceriam na escuridão enquanto o raio dá a volta. E, nos tempos atuais, a navegação deve corrigir e verificar seu rumo constantemente, motivo pelo qual nem todos têm tempo para esperar que torne a passar o raio de luz do farol. De outro lado, a equipe no farol, utilizando o sistema do raio único, enfrentando essa diversidade, não consegue prever as trajetórias, não “sabe” aonde vão seus usuários.

Nada melhor então que “dispersar”, como diz o dicionário, o raio de luz. Decompor esse raio único em espectros de cores, multiplicando os raios e mantendo-os visíveis para a maior quantidade de embarcações. O farol, aproveitando a condição, pode virar a situação, dividir sua maior riqueza em partes mais focadas para ser mais útil na conjuntura atual. A “dispersão” das embarcações, ao multiplicar os raios de luz, tornaria a se reunir em torno do farol, que voltaria a ser o ponto de referência.

6 FARÓIS QUE ILUMINAM O CORAÇÃO PEDAGÓGICO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Passando ao plano da BE, isso significaria perceber que ela não pode oferecer mais do mesmo se seus usuários estão ansiosos por coisas muito diferentes e seguem caminhos diferentes. Como então será capaz de focar seu esforço, de modo a fortalecer sua função pedagógica na comunidade educativa? A seguir, analisaremos algumas estratégias.

1. O primeiro que pode fazer é melhorar sua visibilidade. A visibilidade é essencial no funcionamento da BE. De algum modo, é a comunicação com a comunidade educativa. E esta não é necessariamente verbal. Falamos também da estética que a BE transmite a seu

espaço, a suas atividades, a suas apresentações, de como, em cada instância relacionada à BE, são indicados sua missão e seu ideal. Para isso, a BE precisa ser muito criativa, ousar, ocupar espaços não costumeiros para a biblioteca – como banheiros, escadas, tetos, plantas, etc. Deve direcionar também suas mensagens de acordo com seus destinatários, pois não é a mesma coisa dirigir-se aos representantes e aos estudantes do ensino médio ou do fundamental. A utilidade, necessidade e benefícios da BE têm de ser visíveis e evidentes para todos os atores da comunidade educativa. Isso implica comunicar e difundir seu trabalho. E há várias formas de fazê-lo. O fundamental é entender que essa tarefa não é necessariamente verbal, mas acima de tudo concreta. A mensagem deve se concretizar nas múltiplas atividades e propostas direcionadas a alunos, professores, pais e representantes, funcionários do estabelecimento, etc. Essa visibilidade necessita ser coerente com a vitalidade, dinamismo e criatividade que se deseja inspirar aos estudantes. Um mundo atraente, colorido, vivo... motivado! E essa motivação, esse colorido, essa vida precisa estar alinhada às expectativas e interesses de usuários e diretores, como forma de garantir que as ações empreendidas pela BE estejam sintonizadas a seu(s) mundo(s). A visibilidade da BE garante ultrapassar o desafio da não valorização e da desinformação. Além disso, cria vínculos e compromisso da comunidade educativa.

2. Para aperfeiçoar a visibilidade da BE, o que é melhor do que se impregnar das possibilidades das novas tecnologias? Além de permitir visibilidade e oferecer múltiplos canais de informação, as TICs são um meio seguro de se aproximar dos estudantes, acostumados à interatividade. Difundir a causa da BE em canais de informação mais correntes para os jovens é sem dúvida uma forma de se acercar deles e de aumentar as possibilidades de “sacudi-los”, desde os *blogs*, Facebook até os *podcasts*, vídeos das atividades da BE no YouTube ou uma página na web. É fato: os leitores de hoje realizam a leitura em diversos suportes. O desenvolvimento de dispositivos de leitura para os livros eletrônicos ou *tablets* abre um novo leque de possibilidades. E o que dizer do abundante material pedagógico e literário presente na rede? É muito importante, no futuro, que tanto a equipe da BE como os docentes estejam em dia com as novas tecnologias.

3. Com a avaliação, no entanto, podemos verificar que as ações são executadas de acordo com o planejado e segundo os padrões previamente definidos. A avaliação é a melhor ferramenta, junto ao planejamento, para melhorar gradualmente a gestão da BE. Isso permite estabelecer ações corretivas, caso seja necessário, e deve ser feito antes,

durante e ao finalizar os diversos processos da BE. A informação obtida mostra a distância entre os objetivos e os resultados. Essa informação é o que nos permite medir a qualidade de nosso trabalho, e, quanto melhor a qualidade dos serviços prestados pela BE, melhor será seu desempenho no lado pedagógico.

4. Para enfrentar a falta de recursos, a relação da BE com a diretoria do estabelecimento é fundamental. A melhor maneira de mostrar à diretoria o trabalho realizado na BE, de modo que compreenda a importância de sua missão, é mediante a entrega de relatórios de gestão o mais completos possível. Isso pode se transformar em uma grande ferramenta para divulgar detalhadamente o trabalho da BE. É, portanto, uma forma muito concreta de mostrar suas necessidades. Apresentar o relatório de gestão à diretoria ou a seus representantes permite pedir apoio com os dados em mãos e, assim, transformá-los em benefícios e melhorias para a BE com base no reconhecimento específico de suas necessidades, que podem se traduzir em melhorias para a tarefa pedagógica da BE. Um bom relatório de gestão torna possível marcar presença no estabelecimento, conseguir reconhecimento e valorização do trabalho da equipe da BE e garantir ações concretas que respondam a suas necessidades. Para a equipe, significará a profissionalização de seu trabalho e a ajudará a tomar consciência do desenvolvimento, da colaboração no âmbito pedagógico e de quais são as capacidades de cada integrante.

5. Se a BE avança nessas direções – a visibilidade, a avaliação, a gestão, a relação com a diretoria –, então o caminho para desenvolver um trabalho colaborativo com os docentes será muito mais fácil. O trabalho em redes é a melhor maneira de conseguir uma estreita colaboração dos docentes. O fato de que as redes sejam uma forma organizacional que tem a ver com a iniciativa e a criatividade de cada um dos membros que as compõem possibilita estabelecer, entre os docentes e a equipe da BE, uma condição de trabalho focado em propósitos comuns. Existe uma ampla gama de tecnologias que podem facilitar a gestão do conhecimento, aumentando a conectividade das redes, a geração e o fluxo de experiências. Isso permite conseguir resultados impossíveis de alcançar individualmente. De outro lado, também implica o aumento da visibilidade e a influência pública da BE.

É claro que existe a navegação por GPS. No entanto, na medida em que a BE conhece o plano curricular, ela pode entregar ajuda valiosa para todas as embarcações. O farol conhece o território em geral, dispõe de mapas. Pode ser que o satélite indique qual é o melhor caminho. Contudo, aqueles que se dedicam ao mundo da literatura e da



aprendizagem sabem que os desvios às vezes são muito mais interessantes que as linhas retas. Enquanto o satélite nos entrega uma representação digital do território, a luz do farol ilumina os contornos das coisas no meio da noite, possibilita que a imaginação seja ativada... Na perspectiva da BE, um professor que conduz seus alunos seguindo sempre o mesmo trajeto é uma embarcação em risco que deve ser auxiliada. Nessa sala de aula-embarcação pode nascer o tédio. O farol BE então deve intervir para mostrar outro caminho para alcançar o mesmo ponto de chegada. Variar o itinerário permite estimular incessantemente a curiosidade, uma característica essencial que desperta quando as coisas nos são apresentadas sob a luz da sugestão.

6. Uma pequena história: “Era uma vez, em um país comprido e estreito...”.

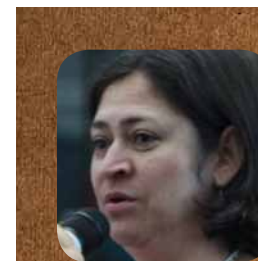
Para encerrar nosso percurso, gostaria de contar brevemente a história dos CRA no Chile. O programa de Bibliotecas Escolares CRA faz parte da reforma educativa que começou nos anos 1990 e que tem estado focada em alcançar objetivos de qualidade e igualdade nos contextos e resultados da aprendizagem escolar, redefinindo o papel da educação como uma das bases para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Naquele momento, 65% das escolas não possuíam uma biblioteca. E, nos lugares onde havia, sua existência era precária em razão do baixo nível de administração, da desvinculação entre práticas pedagógicas e recursos de aprendizagem e, ao mesmo tempo, de uma desconexão total entre as expectativas dos usuários – alunos e docentes – e a oferta da biblioteca.

As novas bibliotecas atualmente possuem uma cobertura de 95,01% em âmbito nacional. A imensa satisfação de contar com uma cobertura nacional quase completa permitiu que começássemos a nos preparar para uma nova era na história dos CRA no Chile, onde estamos fortalecendo os usos baseados nos padrões fixados no ano 2010. Seu objetivo é, de um lado, promover e encaminhar processos permanentes de autoavaliação dos CRA e, de outro, definir um âmbito de variáveis para um sistema de informação periódico que permita monitorar a trajetória percorrida pelas bibliotecas escolares e as brechas que existem com relação ao nível esperado definido nos padrões. Podemos dizer que institucionalmente as bibliotecas escolares no Chile já são parte da educação de qualidade. É uma história que nos dá muita esperança, mas que também nos mostra muitos novos desafios, que, no entanto, temos certeza de que implicarão estreitar ainda mais os vínculos pedagógicos da BE com a comunidade escolar.

Nosso projeto, portanto, tem a ver com a manutenção de vínculos construídos com muito esforço durante esses últimos 20 anos. Trata-se de construir um sistema de navegação moderno e mestiço, feito de misturas de estratégias para indicar rumos possíveis de navegação, com sua chegada a portos múltiplos com características diferentes... É necessário lembrar que, como em toda viagem, existirão momentos difíceis, tempestades, ilhas que surgirão do nada e que poderão nos parecer desconhecidas e perigosas. Nosso trabalho, então, será garantir a viagem para a aventura por diferentes roteiros, permitir que ninguém sinta que se trata de uma movimentação obrigatória, e sim de sair juntos para mostrar e descobrir o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONILLA, Elisa; GOLDIN, Daniel; SALABERRIA, Ramón. *Bibliotecas e escolas: desafios na sociedade do conhecimento*. México, D.F.: Oceano, 2008.
- CERRILLO, P. C.; LARRANAGA, E.; YUBERO, S. *Livros, leitores e mediadores*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2002.
- COX, C.; MEKIS, C. O Centro de Recursos para a Aprendizagem na reforma educacional do Chile. In: *Integrando o Centro de Recursos para a Aprendizagem no currículo*. Santiago: Mineduc, 1999.
- CUNNINGHAM, Anne E.; STANOVICH, Keith E. Os efeitos da leitura na mente. *Estudos Públicos*, n. 108, 2007.
- MEEK, M. *Em torno da cultura escrita*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- MINISTERIO de Educación de Chile. Equipe CRA. Disponível em: <<http://www.bibliotecas-cra.cl>>. Acesso em: abr. 2014.
- MOORE, Penny. *Forming and informing powerful partnerships: school library teams and evidence based practice*. First National SLANZA Conference, Rangi Ruru Girls' College, Christchurch, 22-24 set. 2003.
- REIMERS, Fernando; JACOBS, Jenny Eva. Ler (compreender e aprender) e escrever para se comunicar. Desafios e oportunidades para os sistemas educativos. In: *A leitura na sociedade da informação*. XXIII Semana Monográfica da Educação. Espanha: Fundação Santillana, 2009.
- SCHOLASTIC. *School libraries works!*. Disponível em: <http://www.scholastic.com/content/collateral_resources/pdf/s/slw3_2008.pdf>. Acesso em: abr. 2014.
- STEADMAN, W. School libraries as a last hope for preserving American democracy. In: FONTICHIARO, Kristin; HAMILTON, Buffy (ed.). *School libraries: what's now, what's next, what's yet to come*. Los Gatos: Smashwords, 2011.



AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE COMFENALCO ANTIOQUIA: UMA APOSTA PELA INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

CLAUDIA MARIA GIRALDO ARREDONDO

COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

E SOLUÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS
DE COMFENALCO ANTIOQUIA



RESUMO

Este trabalho divulga como está formado o Departamento de Bibliotecas de Comfenalco Antioquia, seus programas, serviços públicos aos quais estão direcionados e como conseguiu contar com uma estrutura que lhe permite não só se projetar nas comunidades onde estão localizadas suas bibliotecas, mas também colaborar para o desenvolvimento bibliotecário local, regional e nacional. Da mesma forma, apresentam-se outros elementos-chave que contribuíram para esse desenvolvimento, como a produção intelectual e o trabalho por meio de parcerias e cooperação com outras entidades públicas e privadas.

O SISTEMA DE CAIXAS DE COMPENSAÇÃO FAMILIAR DA COLÔMBIA

Na Colômbia, o Sistema de Subsídio Familiar faz parte do Sistema de Proteção Social e foi criado pela Lei 21 de 1982, na qual é definido como um serviço social para os trabalhadores, focado em cuidar da qualidade de vida do trabalhador e sua família.

A ação do sistema promove e oferece suporte ao bem-estar familiar como fator essencial no desenvolvimento das condições de saúde e de produtividade trabalhista. Tende ao desenvolvimento da responsabilidade social empresarial, sob um modelo de “terceira via”.

De igual maneira, corresponde a ele, entre outros, administrar, por meio de programas, as atividades de subsídio em dinheiro, lazer social, esporte, turismo, centros recreativos, educação, cultura, museus, **bibliotecas**, teatros, etc.

AS BIBLIOTECAS NAS CAIXAS DE COMPENSAÇÃO FAMILIAR

Na Colômbia, das 43 Caixas de Compensação Familiar, 37 oferecem serviços bibliotecários para 284 bibliotecas a serviço da comunidade em geral. Em 2012, essas bibliotecas beneficiaram 27.471.829 usuários, emprestaram 3.105.897 materiais de leitura para casa e atenderam 21.902.130 consultas.

Hoje existe uma rede de bibliotecas de Caixas de Compensação Familiar que realizam um trabalho cooperativo, principalmente depois de seu encontro acadêmico anual, em que são discutidos temas de interesse para essas bibliotecas públicas com base nas mudanças, transformações, inovações e experiências de sucesso no país e no mundo.

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE COMFENALCO ANTIOQUIA

O Departamento de Bibliotecas Públicas de Comfenalco Antioquia desenvolve quatro grandes áreas de trabalho, com os seguintes programas e serviços: os de informação e consulta; os que tendem a aumentar o empréstimo e a circulação dos materiais de leitura entre as comunidades; os que estão focados na formação dos usuários; e os programas de estímulo cultural e de estímulo da leitura.

Para o desenvolvimento dessas áreas de trabalho, conta-se com uma rede de serviços baseada em princípios que reconhecem o leitor como a razão de ser de seu trabalho e garantem seu livre acesso à informação. A rede é constituída por oito sedes e um conjunto de pontos de serviços formados por caixas viajantes, bolha informativa, “Paradero Paralibros Paraparques”, bibliotecas combinadas, às quais são prestados apoio econômico e técnico e assessoria permanente, e bibliotecas administradas, por meio de convênios celebrados com diferentes entidades, em especial do setor público.

TRÊS COORDENAÇÕES MARCAM O PONTO DE PARTIDA PARA OS SERVIÇOS E PROGRAMAS

Para orientar, apoiar e dinamizar o trabalho das sedes das bibliotecas e pontos de serviços, conta-se com três coordenações, experiência que teve sucesso porque permitiu:

- » gerar reflexões e ações em consequência das diversas manifestações e necessidades das comunidades;
- » transformar em produtos as ideias que surgem de maneira permanente nas bibliotecas públicas. Esses produtos são reapresentados em publicações, concursos, congressos, cursos, pesquisas e mesas de trabalho com os grupos da comunidade;
- » contar com linhas de ação coerentes em todas as bibliotecas que representem uma marca e um reconhecimento da área de bibliotecas no contexto local e mesmo nacional;
- » unir esforços, conhecimentos e experiências no desenvolvimento de novos projetos nas diferentes áreas de trabalho bibliotecário;
- » ter clareza dos papéis que cada área desempenha e da abertura permanente que as bibliotecas e as próprias coordenações possuem para novas maneiras de realizar o trabalho ou gerar melhorias, sempre à procura de conseguir maiores níveis de satisfação dos usuários.

COORDENAÇÃO DO ESTÍMULO DA LEITURA

Desenha os programas e coordena ações para estabelecer e promover vínculos entre as pessoas e a leitura.

COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LOCAL

Projeta serviços que possibilitam a coleta, organização e difusão da informação gerada pela comunidade, como elemento básico para facilitar a participação comunitária e a identidade cultural.

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E SOLUÇÕES BIBLIOTECÁRIAS

Encarrega-se da aquisição e organização técnica dos materiais de leitura para as diversas sedes e programas descentralizados do Departamento de Bibliotecas.

Mesmo que há vários anos a área de Cultura seja independente administrativamente das bibliotecas, conservam-se uma inter-relação e trabalho em equipe para levar uma oferta variada aos diferentes públicos-alvo, porque as bibliotecas continuam a ser consideradas um dos cenários que, por sua natureza, devem oferecer serviços, eventos e programas culturais.

A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POR GRANDES LINHAS DE AÇÃO

Serviços para a circulação dos materiais de leitura

- » Empréstimo geral (material bibliográfico)
- » Caixas viajantes
- » Livro-correio
- » “Paradero Paralibros Paraparques”

Serviços para o fornecimento de informação

- » Biblioteca eletrônica
- » Referência geral
- » Referência especializada de informação local
- » Caixa cultural

Serviços para a promoção da leitura e a divulgação cultural

- » Estímulo à leitura com público em geral e grupos estabelecidos
- » Oficinas integradas de leitura no período das férias



- » Programas de dinamização da leitura nas empresas afiliadas à Caixa
- » Eventos acadêmicos e culturais
- » Exibição de exposições
- » Estímulos para a criação artística e literária
- » Aluguel do auditório

Serviços e programas para alguns tipos de público

Embora as bibliotecas que formam a rede tenham particularidades que as diferenciam umas das outras, conta-se com uma orientação clara no sentido de que, mesmo que todos os públicos não possam ser atendidos em todas elas por suas limitações, que costumam ser de diferente natureza, cada uma contempla a comunidade em geral, mas foca serviços e programas para públicos específicos, com os quais se desenvolvem processos de leitura, de formação de usuários no uso e manejo das TICs, de participação cidadã, etc.

Serviços e programas que optam pela participação

- » Fóruns de opinião pública. Neles são debatidos temas da atualidade que são de grande interesse da comunidade, como: Falemos de Medellín; Se não fosse pela área; Larga é Castilla; Falemos do Item.
- » Programa Apersónate. Programa anual que reúne durante vários meses o pessoal das instituições de ensino. Os estudantes se formam em diferentes temas de participação cidadã, para que tenham melhores elementos para reapresentar a seus colegas, diante dos entes administrativos da instituição de ensino.
- » Capacitação em TIC. Variada não só nos conteúdos, como também nas metodologias e públicos, para que os cidadãos aprendam a reconhecer, valorizar e desenvolver estratégias para a procura de informação. Ênfase no projeto de programas que estimulam a participação a partir da informação com foco no desenvolvimento.
- » Concurso Antioquia para Ver Melhor. Realizado a cada dois anos, é, há mais de quinze anos, uma estratégia fundamental para coletar informações sobre as comunidades e seus diferentes matizes.

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM INCAPACIDADE SENSORIAL

Trata-se de um trabalho que, desde o início, há mais de dezessete anos, reconhece as pessoas com deficiência como cidadãos que têm direitos e aos quais se devem oferecer oportunidades similares às do restante dos usuários. Baseia-se, em grande medida, nos traçados da International Federation of Library Associations (Ifla) para bibliotecas públicas e na legislação internacional, nacional e local.

Um processo que requereu:

- » Preparação interna
- » Estudo e conhecimento das TICs para pessoas com incapacidade sensorial
- » Projeto e implementação dos programas
- » Trabalho interinstitucional para fortalecer processos e dinamizar as ações
- » Empréstimo geral (material bibliográfico)
- » Sinalização das bibliotecas em linguagem de sinais
- » Capacitação para o pessoal que está aprendendo a linguagem de sinais
- » Eventos acadêmicos
- » Intérprete da linguagem de sinais em atividades culturais e de leitura
- » Acompanhamento de pessoas no início da atuação em seus postos de trabalho

PROGRAMAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO

Mesmo contando com algumas experiências importantes pelo trabalho realizado, muitas ações ainda devem ser empreendidas e desenvolvidas, porque se baseiam no reconhecimento e nos sentimentos que são gerados no trabalho com a população que se encontra em situação de reclusão: os estigmas sociais, a falta de sensibilidade da direção dos centros penitenciários, a capacidade transformadora que pode trazer a leitura e a apatia que pode ser encontrada nos reclusos. No entanto, foram desenvolvidas ações para conseguir oferecer serviços bibliotecários a essas pessoas, como as seguintes:

- » Gestões administrativas para a admissão de funcionários
- » Acordos com as autoridades da área penal
- » Trabalhos prévios realizados por outras instituições
- » A coleção e o espaço designado na área penal para a biblioteca
- » Estabelecer contatos com os detentos
- » Reuniões de planejamento e realização em comum



- » Realização dos programas combinados:
 - » Capacitação no gerenciamento e dinamização da caixa viajante
 - » Organização da coleção da biblioteca
 - » Leituras em voz alta
 - » Clubes de leitura e escrita

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Lamentavelmente, em nosso país, a produção intelectual dos bibliotecários não é prolífera; ainda somos muito tímidos para pesquisar, escrever e sistematizar. No entanto, graças à conscientização dessa situação nas bibliotecas, realizamos esforços para procurar uma mudança de mentalidade e começou-se não só a escrever, mas também a publicar. Por isso, na atualidade contamos com:

- » Coleção Biblioteca Pública Vital
- » Manuais e guias
- » Exposições próprias (é feita a pesquisa e são criados os textos para as exposições)
- » Apresentações, palestras e capacitações
- » Documentação do trabalho bibliotecário realizado, tanto para usuários como para os processos internos

REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO PAÍS E DA CIDADE

Uma forma de gerar parcerias e cooperações, tanto com o setor público como com o privado, foi a realização permanente de eventos acadêmicos. Essas ações não só colocaram em evidência o trabalho bibliotecário na cidade, mas também estimularam a reflexão e a produção de conhecimento, em uma linha coerente com a produção intelectual da área.

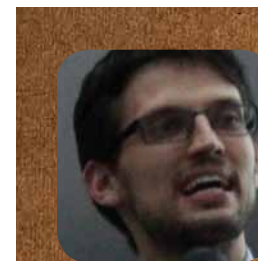
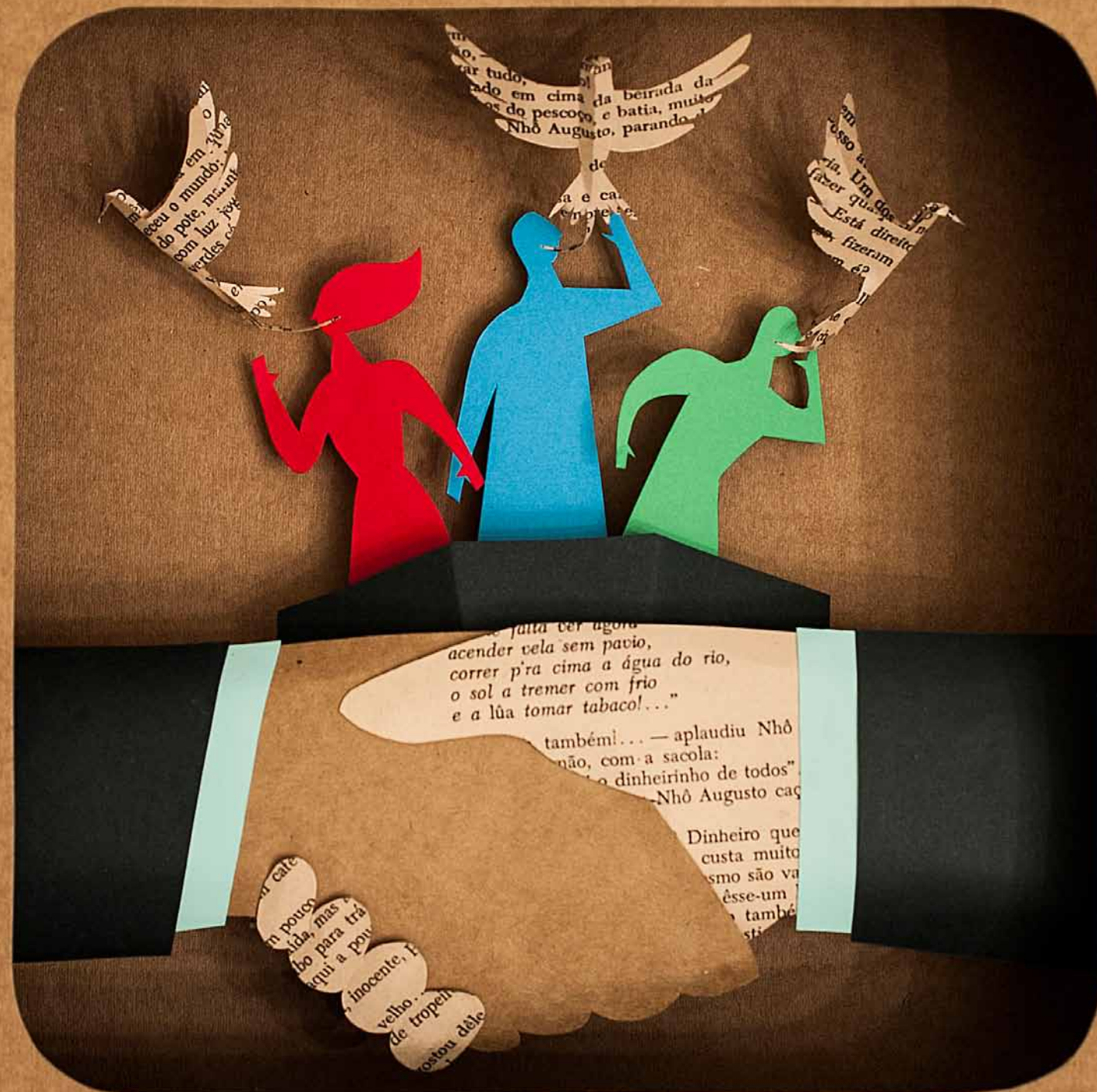
- » Encontro Nacional de Promotores de Leitura
- » Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas Públicas de Antioquia
- » Congresso de Serviços de Informação Local
- » Encontros sub-regionais de leitura
- » Simpósios sobre a incapacidade e as bibliotecas
- » Congressos sobre a biblioteca pública

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

Parte da responsabilidade profissional e institucional consiste em transferir a outras pessoas e instituições o conhecimento adquirido e a experiência acumulada de muitos anos de trabalho. Por isso, algumas linhas de trabalho do Departamento de Bibliotecas nos últimos anos foram:

- » Administração delegada de bibliotecas
- » Realização de análises de bibliotecas e apresentação de soluções com base nas descobertas
- » Assessoria e acompanhamento a bibliotecários
- » Desenvolvimento de coleções para outras bibliotecas
- » Participação em mesas de leitura, bibliotecas públicas e escolares, infância, participação cidadã, etc.
- » Administração do Plano Departamental de Leitura
- » Realização de ações de grande impacto para a comunidade, como o “Biblio-circo” e a tenda para bebês, na Festa do Livro e Cultura da cidade de Medellín.

Estas palavras podem ser muito ou pouco, mas voto pelo último. A verdade é que fazer uma parada no caminho e escrever sobre o que somos e fazemos assume outra dimensão, e até se torna injusto quando, sem intenção, é claro, se deixa de mencionar diversas ações pequenas, mas que foram transformadoras de muitas pessoas. Por isso, quero que o compartilhado com vocês se torne um reconhecimento a todos e cada um dos integrantes da equipe de trabalho das bibliotecas de Comfenalco Antioquia, os quais não poupam esforços para conseguir o sorriso de uma mãe que lê para seu bebê, para encher de carinho a pessoa com incapacidade cognitiva que encontra um ponto de fuga no espaço da biblioteca ou para oferecer umas poucas palavras ao solitário que encontrou o próprio canto, em qualquer lugar da biblioteca.



ADVOCACY: INFLUENCIANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

MARCELLO FRAGANO BAIRD

MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E COORDENADOR DE ADVOCACY NO INSTITUTO SOU DA PAZ



É CADA VEZ MAIS COMUM OUVIR, NO ÂMBITO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, O TERMO *ADVOCACY*. Organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores, grupos de interesse e funcionários públicos o vêm utilizando crescentemente, embora muitas vezes não se deem conta de seu significado e, muito menos, de sua importância. Mas, afinal de contas, o que é *advocacy* e como ele pode ajudar os diversos grupos sociais a atingir seus objetivos?

O termo *advocacy* finca raízes na tradição democrática norte-americana e não tem tradução exata em português. A tradução óbvia seria “advocacia”, que remete à prática de advogar. “Advogar” significa exercer a profissão de advogado ou fazer a defesa de algo ou alguém por meio de ideias ou argumentos. *Advocacy*, no entanto, tem um sentido muito mais amplo e forte do que esse.

O conceito remete à experiência democrática norte-americana, marcada por grande participação cívica de associações locais e organizações sem fins lucrativos. Naquele país, *advocacy* poderia ser definido pelo tripé: identificar, adotar e promover uma causa. Trata-se de um esforço para moldar a percepção pública ou conseguir alguma mudança por meio de lei ou não (Avner, 2002; Breláz, 2007). Assim, muito mais do que advogar em prol de determinada pessoa, o conceito ganha amplitude e remete à ideia de promover uma causa no âmbito da sociedade como um todo.

Advocacy pode tomar as mais diversas formas, como ações para conscientizar e mobilizar a população e os formadores de opinião, capacitar agentes transformadores, cobrar e fomentar a atuação do poder público. Tais ações, visando a difusão de uma ideia, podem ser: 1) eventos públicos, como a realização de seminários e workshops; 2) elaboração de pesquisas e pareceres; 3) articulação de campanhas midiáticas; 4) redação de artigos em jornais e revistas. Da mesma forma, ações para pressionar o governo também compõem o quadro de atividades possíveis, entres elas: 1) abaixo-assinados; 2) petições públicas; 3) envio de cartas e e-mails; 4) contatos diretos com os principais representantes governamentais.

Resumindo, *advocacy* pode abranger as mais diversas ações, desde que tenha como objetivo final chamar a atenção do público e de seus representantes para um assunto com o qual é necessário lidar.



ADVOCACY X LOBBY

Outro conceito correlato ao de *advocacy* e que tem má fama entre os brasileiros é o de *lobby*. Este é, certamente, um termo que já adquiriu ressonância na discussão pública brasileira, tendo até mesmo adentrado os dicionários de língua portuguesa. *Lobby* pode ser definido como uma ação política de defesa de interesses para influenciar decisões governamentais. Com base nesse conceito, é possível afirmar que se trata de atividade legítima e pressuposto de exercício da cidadania em uma democracia. Com isso, afastam-se as visões mais negativas do termo, que insistem em relacioná-lo à corrupção ou ao tráfico de influência.

Partindo dessa concepção de *lobby* como atividade legítima, é possível pensar nos benefícios à democracia trazidos por essa prática. Se *lobby* implica a defesa de interesses legítimos de grupos sociais, seu exercício pode aprimorar a democracia, que não precisa, portanto, reduzir-se à participação popular a cada dois anos, consubstanciada no ato de votar. Além disso, a principal característica da ação do *lobby* refere-se à provisão de informações, argumentos técnicos àqueles que têm poder de decidir a respeito de uma política pública. Nesse sentido, o *lobby* torna-se um importante instrumento de qualificação do debate sobre políticas públicas.

Ao caracterizar o *lobby* nos moldes da argumentação anterior, torna-se premente discutir a própria regulamentação dessa atividade. Vale destacar que a atividade já é exercida por uma variedade enorme de organizações, tanto empresariais como não governamentais. Esses grupos exercem o *lobby* de forma absolutamente legal, ou seja, não há nenhum impeditivo para que as mais diversas organizações se articulem e pressionem os órgãos públicos. O que se quer, principalmente, quando se discute a regulamentação do *lobby*, é torná-lo mais transparente.

Sua regulamentação envolveria o registro dos lobistas nos órgãos públicos, a descrição das atividades desenvolvidas pelos lobistas, o valor gasto para a realização de atividades de *lobby* e a previsão de punição para os lobistas que não cumprissem as diretrizes estabelecidas em lei. Tais medidas teriam o condão de conferir maior transparência na relação entre os setores público e privado.

Além disso, ao jogar luz sobre os grupos participantes desse jogo político, a medida poderia auxiliar no equilíbrio de sua representação. Isso porque, na maior parte das vezes, esses grupos dispõem de recursos muito díspares para fazer *lobby*. Em outras palavras, grupos ligados ao empresariado contam com mais recursos financeiros e humanos para atuar junto ao poder público, enquanto as ONGs têm maiores limitações nessa área. Com a regulamentação do *lobby*, seria possível saber quais grupos atuam para influenciar determinada política e, então, buscar estabelecer uma participação mais equitativa no jogo político.

Feita essa discussão, temos condições de compreender melhor a relação entre *advocacy* e *lobby*. Vimos anteriormente que *advocacy* significa promover uma causa por meio de diversas ações, entre elas o contato com representantes políticos, o que é a definição de *lobby*. Nesse sentido, pode-se concluir que *lobby* é uma forma específica de *advocacy*, ou seja, faz parte da atividade de *advocacy*.

Essa distinção é clara nos Estados Unidos, por exemplo, onde há grande tradição política no exercício dessas duas atividades. No Brasil, no entanto, ainda há uma confusão conceitual a respeito. Algumas pessoas acreditam que esses conceitos sejam sinônimos, com a única diferença de que *lobby* representaria os interesses empresariais, corporativistas – ou seja, o termo é empregado com sentido negativo. Enquanto isso, *advocacy* seria o “*lobby* do bem”.

O erro, nesse caso, é duplo. De um lado, igualam-se os conceitos; ao fazer isso, a atividade de *advocacy* é reduzida às funções do *lobby*, que remetem exclusivamente ao contato com dirigentes políticos. De outro, atribui-se um sentido negativo ao *lobby*, descaracterizando sua concepção e importância.

Uma vez tendo as atividades de *advocacy* bem caracterizadas, indaga-se a respeito do papel que as comunidades de políticas públicas podem ter para influenciar a definição da agenda e a formulação de políticas públicas. Em primeiro lugar, esclarece-se que as comunidades políticas são compostas por especialistas (pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas de grupos de interesse) que compartilham uma preocupação em relação à área de política pública (Kingdon, 2003). Destaca-se aqui que, segundo a definição utilizada, o funcionário público de uma biblioteca, por exemplo, é um dos atores a compor a comunidade de política da área de cultura.

DESPERTAR A ATENÇÃO DOS FORMULADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como uma comunidade política pode ajudar a colocar um tema na agenda do governo ou mesmo influenciar sua formulação? Para discutir essa questão, utilizamos o modelo desenvolvido por Kingdon (2003), que nos ajuda a pensar nos fatores necessários para que uma questão ascenda à agenda governamental, ou seja, desperte a atenção dos formuladores de políticas públicas.

De acordo com o autor, mudanças são produzidas na agenda governamental quando três fluxos distintos convergem: o fluxo dos problemas, o fluxo das soluções e o fluxo da política.

O fluxo dos problemas refere-se a questões latentes na sociedade e que passam a ser alvo preferencial da ação dos formuladores de políticas públicas por chamarem a atenção desses grupos. E como essas questões chamam a atenção? Quando existe algum indicador alarmante (taxa de mortalidade infantil, analfabetismo), quando alguma crise ocorre (enchente, manifestações) ou quando os resultados de alguma política pública não são satisfatórios.

O segundo fluxo diz respeito às soluções para os problemas de políticas públicas. Há, em realidade, uma infinidade de propostas para resolver os mais diversos problemas sociais, as quais competem entre si no âmbito de uma comunidade de políticas públicas. As soluções mais factíveis dos pontos de vista técnico e financeiro e com maior respaldo na comunidade são as que têm condições de avançar.

É nesse fluxo que as comunidades de políticas públicas, aí incluídos os funcionários públicos, têm papel de maior destaque. Isso porque essas comunidades são as responsáveis por apresentar as alternativas aos vários problemas existentes e, por meio de persuasão no interior delas próprias, difundir essas ideias e criar um consenso a respeito do melhor modelo de política pública em determinada área.

Evidentemente, tal tarefa não é fácil nem dispensa um longo trabalho de debate público e convencimento de diversos atores sociais. No entanto, essa empreitada é fundamental e permitirá a constituição de um grupo de apoio em torno de uma política pública, processo importante para que se avance no sentido de dar prioridade a um tema e colocá-lo na agenda governamental.

Por fim, o terceiro fluxo é composto pela dimensão da política. Nele, três fatores exercem influência sobre a agenda. Em primeiro lugar, o “humor nacional”, ou seja,

certo clima que permite que determinado tema entre na agenda.

Outro elemento são os grupos de pressão, que, ao prestar apoio ou contrariar determinada política, sinalizam consenso ou conflito, o que alerta os formuladores de políticas públicas sobre a possibilidade de avançar em um tema. Finalmente, mudanças no governo, seja por meio de eleições, seja pela substituição de algum dirigente público, costumam ter forte impacto sobre a agenda, ao restringirem ou propiciarem o desenrolar de alguns temas.

Quando esses três fluxos se encontram é que se abre uma janela de oportunidade para mudanças na agenda governamental. Nesse estágio, um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o ambiente propício para a mudança (Capella, 2006). Vale destacar que essa janela de oportunidade pode ser desperdiçada caso não surja um empreendedor capaz de promover a mudança.

Cabe ressaltar, ainda, seguindo a argumentação de Kingdon (2003), que os fluxos mais relevantes para a definição dos temas que comporão a agenda governamental são o dos problemas e o da política. Assim, as soluções apresentadas pelas comunidades de políticas públicas só terão importância quando um problema já houver sido notado e o ambiente político for propício.

Em que pese o reconhecimento dessa dependência diante de outros fatores, a discussão precedente mostrou que as comunidades de políticas públicas podem ter importante papel na definição da agenda governamental, na formulação de políticas públicas e nas decisões governamentais.

Afinal, são essas comunidades, em última análise, que oferecerão soluções aos problemas sociais. Nesse sentido, a articulação de tais grupos para organizar o apoio em torno de uma proposta de política comum é fundamental para dar força a uma posição no debate público.

E como fazer para que esse potencial se transforme efetivamente em influência? Ações de *advocacy*, como as vistas anteriormente, amparadas, sobretudo, na produção de conhecimento sobre uma área específica, podem pavimentar o caminho para que as comunidades de políticas públicas, representadas, por exemplo, por todos aqueles que trabalham em bibliotecas, direcionem a atenção da sociedade e dos dirigentes públicos aos principais temas que as afetam.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

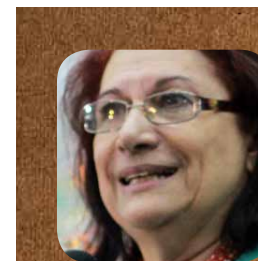
AVNER, Marcia. *The lobbying and advocacy handbook for nonprofit organizations: shaping public policy at the state and local level*. Minnesota: Amherst H. Wilder Foundation, 2002.

BRELÀZ, Gabriela de. *Advocacy das organizações da sociedade civil: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2007.

CAPELLA, Ana Cláudia N. P. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 61, 1. sem. 2006.

KINGDON, John. *Agendas, alternatives, and public policies*. 3. ed. Nova York: Harper Collins, 2003 [1984].





A PROVOCAÇÃO QUE A LITERATURA FAZ AO LEITOR

ELIANA YUNES

CÁTEDRA UNESCO DE LEITURA DA PUC-RIO

PENSANDO O PORQUÊ DA LEITURA

É possível pensar a sociedade contemporânea sem a leitura? E será que, em meio aos avanços tecnológicos da telemática e da informática, cabe ainda lugar para o livro? A onda da pós-modernidade, que às vezes dissolve, às vezes reconstitui o passado sob a forma de releituras, vem dando preferência ao debate da informatização: estaremos todos de acordo em que a tecnologia é a única ponte para a modernidade, ainda que tardia?

Pensar nas “redes” que já nos cercam e apanham sem que tenhamos tido a experiência radical de transformar a informação em saber incorporado – isto é, sem que o conhecimento tenha efetivamente uma dimensão de uso segundo as necessidades do contexto – pode ser um esforço em vão.

A questão que se coloca hoje para a sociedade pós-moderna é, efetivamente, a de como engajar os sujeitos no exercício de uma cidadania plena, em que não só os direitos estejam patentes, mas também os deveres de participação na qualidade da vida social. A sociedade moderna, inaugurada com a Revolução Francesa, consagrando os direitos perante o Estado, abriu as portas da industrialização, que criou o mito do acesso ao consumo como a assunção da cidadania. A pós-moderna sabe que a circulação da informação é uma apropriação para uso efetivo e contextualizado, é a pedra de toque de sua revolução.

Atualizar o país não é apenas instituir redes de informação capazes de serem acionadas a distância por botões ou por programas que facilitem o acesso dos usuários ao mundo da informação. Por que não? Porque, efetivamente, para ser usuário desses sistemas, mais do que conhecer os programas, é fundamental conhecer as próprias necessidades, ter ideia do lugar e da função que se ocupa na sociedade, da dimensão social de sua atuação. Mais ainda: a condição de sujeito decorre do exercício de uma vontade que toma corpo, do exercício de sua capacidade de imaginar e desejar uma vida mais qualificada, para si e para outros.

A questão passa efetivamente pela formação do sujeito leitor, leitor não apenas de livros, mas leitor de imagens, leitor de várias linguagens, leitor da política, leitor da administração pública, leitor de fato comprometido com seu olhar crítico na discussão dos caminhos que a sociedade precisa tomar para alcançar um equilíbrio entre a produção, o lazer, o bem-estar e a criatividade, entre ética, estética e funcionalidade.



A dimensão social da leitura passa, portanto, pela construção do usuário dos sistemas de informação. Isto é, a leitura é que vai capacitar os indivíduos a se pensarem, a se reconhecerem, a se historicizarem e a decidirem sobre suas necessidades de informação e sentido. Como conseguirão os homens colaborar para a construção do mundo no novo milênio se não puderem reconhecer-se ativos participantes, desde seu pequeno mundo – na associação de moradores, integrando a administração do condomínio, interferindo na escola de seus filhos, exigindo qualidade no serviço público de hospitais, repartições –, sem que, para isso, tenham de agredir continuamente?

De pouco serviriam as redes que estão sendo montadas se não fossem sujeitos “pensantes” os que a integram. É fundamental que a informação possa circular rapidamente, extensivamente, mas, sobretudo, criticamente. No entanto, se ela não puder se efetivar como conhecimento vivo pessoal e saber para a comunidade, se do ponto de vista pragmático ela não estiver disponível para a avaliação que os próprios homens façam de suas necessidades, seu papel transformador do mundo contemporâneo será estreito. É a leitura das muitas linguagens e códigos que efetivamente pode dimensionar o lugar do homem na construção de uma sociedade mais justa, de uma sociedade mais equilibrada – ecológica –, que todos buscamos. A leitura – especialmente a interativa, desenvolvida sobre expressões artísticas que convocam o leitor e facilitam o desenvolvimento do pensamento crítico – encaminha a construção do próprio juízo e da própria opinião, favorece o aparecimento do desejo mobilizado pela (co)moção, pela sensibilização da inteligência, na partilha de experiências intercambiadas no viver-junto, do pensar-junto.

É esse acervo extraordinário acumulado pelo homem através do tempo, seja nas biografias, nos romances, na poesia, no teatro, na ficção de modo geral, seja nos documentos, nas memórias pessoais e sociais, que tem permitido às sociedades pequenos avanços ao longo dos milênios. Ainda nos digladiamos, ainda nos matamos, ainda somos injustos. A modificação desse estado de coisas depende não só das grandes estruturas sociais montadas, mas, sobretudo, de quem maneja essas estruturas. Se o homem não estiver preparado para mover as máquinas, para mover os sistemas, para mover as redes, será em vão o investimento vultoso que os Estados têm feito, na pós-modernidade, para colocar a informação “a serviço da comunidade”.

É na dimensão social da leitura que se pode encontrar o apoio estratégico que as sociedades vêm buscando para qualificar-se a si mesmas. Não só a escola, mas a biblioteca pública, os museus, os centros de lazer, os hospitais, os centros de transportes, os condomínios, as fábricas, os sindicatos, as empresas, os jornais podem promover e refletir sobre o papel extraordinário que determinadas práticas leitoras, como contação de histórias, círculos de leitura, conversas “afiadas” com autores, editores, desempenham na produção de uma experiência polifônica com textos: o exercício da própria vida qualificada pelo domínio que o homem venha a ter, pela palavra, sobre suas decisões, seus atos e seus pensamentos. É anterior, pois, ao compromisso de quem informatiza o de também formar o usuário da informação; do contrário, estaremos, de modo irreversivelmente injusto, disponibilizando qualidade de vida para muito poucos e ampliando a extensão dos excluídos.

A questão colocada de início retorna. O que traz o livro? A intimidade com a palavra, a ordenação do pensamento, as visões de mundo, os sentimentos expressos, o diálogo sobre as divergências carecem dessa prática discursiva sobre a qual se assenta hoje toda cultura, mesmo aquela que se quer oral e se vê modelada pela escrita. No entanto, o que chamamos “livro” pode estar na tela do computador, como esteve em um rolo antigo, de pergaminho, que ganhou suporte de papel, em cadernos, pouco importa – são modos de apresentação que não se eliminam mutuamente, mas se realocam no espaço das modalidades de apresentação da vida humana em grafias diversificadas. A narratividade antecedeu o livro no formato que o conhecemos hoje, porém foram a ficção, a literatura, a oração que consagraram a brochura. A associação entre livro, leitura e literatura tem ficado em debate restrito às formas e aparências. Mas e o conteúdo? As ideias que movem o mundo?

PENSANDO O PORQUÊ DA LITERATURA

Talvez muitos hoje se perguntem: por que *ainda* literatura? Por que ainda leitura literária? Antes de seguir procurando uma resposta, vale esclarecer que leitura não é sinônimo de literatura. Lemos tudo, mesmo sem o saber: as festas, as ruas, o comportamento das pessoas, o tempo, praticamente tudo, bem ou mal, com ou sem preconceitos. Sem leitura não sobrevivemos, onde quer que estejamos. Mas quero falar de literatura especificamente – em que se lê, sobretudo, narrativas e expressão poética de povos e pessoas/personas em vidas vividas, sonhadas, desejadas, ensaio e criação.



Faz sentido procurar a literatura nos livros, nas telas, nas vozes sobre o palco, nos círculos de contadores, entre declamadores? Ou a literatura é perda de tempo?

Parece não fazer sentido que estejamos “parados”, lendo, quando a vida corre lá fora a galope. Essa desculpa da falta de tempo e da consideração da ficção como inutilidade – devaneio, fantasia – tem varrido a sociedade contemporânea, que busca os efeitos instantâneos, ainda que fugazes, da exposição, da agitação, das sensações. Estar em todos os lugares, fazer contatos, exhibir-se na mídia, virar notícia, consumir transformaram-se no motor da vida urbana. Que vida? Fechada a porta, apagados os holofotes, o silêncio grita a solidão e o desconforto, uma insatisfação sem nome toma conta do eu mais interior. O exterior entra na sombra e o interior revela o vazio. Eis a hora da verdade. Face a face consigo mesmo, quem é homem, o que constitui sua subjetividade? Ali onde as traças não comem o tesouro, o que ele guarda?

Sabemos que o turbilhão da vida atual é atordoante e a falta de referências, de qualquer ordem, instabiliza, a dissolução dos laços familiares e sociais mais duradouros cria insegurança, o descarte incessante dos bens, no mercado da ilusão, aliena as relações. Onde encontrar antídoto para males dessa sociedade de consumo? Juntamos cacos, sem ter tempo ou um risco mínimo para armar os fragmentos em mosaico ou em maravilhosa colcha de retalhos. Não conseguimos, como a gata borralheira, costurar as sobras dos vestidos das irmãs e preparar um belo *patchwork* para surpreender o príncipe (e a nós mesmos) no baile de finas vestes previsíveis.

O esforço por manter-se inteiro (*integrus*, no latim) depende do tornar-se pessoa e do desejo de criar uma capacidade de resistência a esse sorvedouro das identidades e das singularidades, que é o mundo contemporâneo: aqui nos transformamos em meros receptores passivos e atordoados. É preciso desejar outra coisa, que corresponda à serenidade de encontrar satisfação fora do circuito programado alienante, para responder à contingência dos tempos.

Onde buscar essa outra coisa que não se desgasta, nem pode ser roubada?

Um ensaísta do século XX, Eduardo Frieiro, crítico de literatura, diz que “de certo é permitido ao homem de pensamento amar a riqueza, o luxo, as coisas boas da terra. O que sua dignidade não consente é que anteponha o apetite material de viver, as sensações do bem-estar, ao júbilo de absorver a realidade dentro de si mesmo para convertê-la em ideias”. Aí onde eu penso, eu sou, não exatamente no rastro da lógica

cartesiana, mas segundo uma percepção acurada das potencialidades criativas do ir-sendo, do construir-se como pessoa, do pensar-se, sem se deixar apenas levar pela vida.

As fontes em que podemos espelhar esse fundante gesto de criação (autocriação) não se oferecem acabadas, como supomos, na mídia eletrônica, ágil e apressada, com modelitos de aparência esperta, mas sem reflexão crítica. As companhias que podem contribuir para a invenção de nossa (inter)subjetividade, experientes e sábias, vêm de outras vozes que gastaram seu tempo em outra modalidade de visibilidade e de rapidez, na lógica das seis propostas de Italo Calvino para este milênio. Visibilidade mesmo é a do avesso da cidade de Valdívia, à beira do lago, e rapidez é gesto longamente pensado, maturado como o do pintor chinês e que, no entanto, parece brotar súbito. “O maior dos bens a que pode aspirar o espírito humano é o lazer para o sonho e a contemplação”, segue Frieiro – só dele pode inventar-se o homem novo. O crítico se encontra bem acompanhado pelo escritor mineiro Bartolomeu Campos Queirós em seu louvor à preguiça antivelocidade, antirrelógio – “*insight*” freudiano que não decorre linearmente das premissas, mas relampeja como faísca em nossa visão interior, quase uma epifania, longamente gestada no âmago das memórias, no subterrâneo das percepções e afetos, como nos conta Afonso Romano de Sant’Anna em torno à sedução da palavra.

Como entender esse “ócio” para fazê-lo tornar-se “criativo” do eu e do nós? O escritor peruano Vargas Llosa vem defendendo com paixão o direito à leitura como um bem social produtivo, capaz de gerar homens inventivos de si mesmos e da sociedade. Lobato já falava que um país se faz com homens... que leem. E ambos privilegiam a literatura.

Mera coincidência? Então por que estaria Umberto Eco a se lembrar de que, sem Dante, não haveria nem o italiano, nem os italianos? A língua literária ainda funda “tribos”, seja nas sociedades pós-coloniais, seja nas metrópoles urbanas? Basta pensar nas literaturas africana e asiática, nas canções de *hip-hop* e sertanejas, nas artes murais que retomam espaço na cidade aberta, para cada uma, a seu modo, “fundar” uma territorialidade.

ENTENDENDO O PARA QUÊ DA LITERATURA

Impossível reconhecer a humanidade na pressa com que vive afastando a *experiência* de que fala Benjamin, a que atravessa a epiderme e cai na corrente sanguínea, alimentando a vida. Homens como nós viveram as alegrias do amor e do



serviço, do sexo e da gratuidade, as dores da perda e da morte, da miséria e do abandono, da mudança e da criação. Há registros feitos que, sem modelos e moralismos, alargam horizontes e tiram os homens da dependência tragicômica do ter-não-ter ao sabor de políticas econômicas que, desde alhures, manipulam nossos bolsos e empregos, nossa sobrevivência.

A ciência e a tecnologia de ponta, reflete Llosa, por muitos benefícios que tragam, não substituem o senso de conjunto com que a sociedade escreve a história, apesar das centenas de especificidades ganhas com seus aparatos mecânicos: “O que perdemos é o denominador comum de experiência humana. Aqueles de nós que leram Cervantes, Shakespeare, Dante ou Tolstoi (e acrescentamos: Pessoa, Machado, Cecília e Rosa) entendem uns aos outros, independentemente da posição social, geográfica, situação financeira e período histórico”. Podemos até desenterrar sentido para o breve, o superficial, para as sensações passageiras, com a justificativa de que também somos breves e... rasos. Eco diz, na luta contra o efêmero que apaga até mesmo superfícies espelhadas, que o melhor antídoto continua sendo a literatura: “Entendemos muito bem quando se diz que alguém sofre de complexo de Édipo, tem uma fome pantagruélica, um comportamento quixotesco, os ciúmes de um Otelo, uma dúvida hamletiana, ou é um D. Juan incorrigível” – reconhecemo-nos na espécie humana, que foi fundo para desenhar-se como tal nessas personagens vivas, independentemente da época ou lugar.

Esse aprendizado *de ser humano* pode ser exercitado pelo foco das artes, da literatura particularmente, que se aproxima pelos afetos que desperta e se distancia de nós pela reflexão que clama, dando-nos a ver o que vivemos, pelos olhos do outro. A literatura nos oferece *a vida em alteridade* que ajuda a tomarmos posição, a fazermos escolhas, criticamente, com discernimento, não nos deixando enganar-nos pelo fácil, imediato e modelarmente “verdadeiro”.

O que a literatura deu e dá à humanidade? O cinema, a pintura, a música? Primeiro o direito de sentir e saber que as fronteiras do humano ultrapassam as diligências do cotidiano rotineiro: “a gente não quer só comida”, diz a letra do Arnaldo Antunes; “a gente quer comida, diversão (*panis et circenses*)... e arte”. Sem as histórias, sem os romances, teríamos uma memória estreita, ideologizada, da cultura e da civilização. “A pessoa que nunca lê, lê pouco ou lê apenas o descartável pode ficar afásica ou mesmo pode falar muito, mas vai sempre dizer pouco, porque

dispõe de um repertório mínimo para se expressar”, insiste o escritor peruano. A limitação é mais que verbal; é sensitiva, intelectual, cognitiva.

Roland Barthes, em sua célebre Aula no Collège de France, dizia que a literatura era a única disciplina que não poderia desaparecer do currículo escolar, porque todas as demais, humanas e sociais, estão nela contidas. Eu diria, porque ela é (in)disciplinada, transborda por caminhos não previstos, faz-nos vagar pelo bosque e achar nosso caminho, em meio à polifonia de vozes que o professor russo Mikhail Bakhtin também apontou. A literatura faz com que o leitor não se sinta um receptor passivo, mas seja partícipe da aventura de viver e de criar, coinventor de seu mundo e conarrador da história. A imaginação humana é ao mesmo tempo a fonte da criação artística e científica, disse-nos Einstein em sua autobiografia.

Sem a literatura e “seus outros”, sem os cantos populares, sem a música e a dança, o espelho da palavra ordenada que recobre o diário cega nossa humanidade. Lemos, mas não vemos. Porque lemos mesmo quando levantamos a cabeça e fechamos os olhos, lembrou-nos Barthes. Para ver o que a palavra não mostra, é preciso recorrer à literatura, que faz dobrar a língua autoritária e que rasga horizontes a dar a ver o não visto, a ouvir o inaudito.

Muitas vezes, a narrativa nos contraria – como a vida. Ali, na leitura solitária aparentemente, convivemos com outras personas e dialogamos com elas, encontrando o solidário de que necessitamos, mesmo que não se possa mudar “o destino”: Julieta não ficará com Romeu em vida, Medeia vai perder o amado e os filhos, Alice vai, mas volta ao mundo morno da “realidade”, o príncipezinho vai esperar por sua raposa, Quixote vai morrer longe de seus ideais, Riobaldo vai descobrir muito tarde sua Diadorim, Bentinho não mudará seu ponto de vista sobre Capitu em momento algum. Mas nós, leitores, veremos mais do que viram eles, porque eles viveram para que nós pudéssemos saber por onde queremos ou podemos ir. Mesmo Emília, Mafalda ou Charlie Brown, em suas narrativas de infância, desvelam ângulos jocosos ou melancólicos pelos quais a vida dos homens pode ser relida, interpretada e até reescrita: o veneno pode ainda não ter sido tomado ou dado a beber; ou podemos bebê-lo, mas sabendo que o bebemos, como o fez Sócrates para entrar na História, aceitando a morte para viver para sempre, ressuscitando ou não.

Aliás, as mais belas histórias, disse-o Borges, saíram todas de livros sagrados e já foram escritas. Precisamos conhecê-las como leitores, para reescrevê-las como

autores. Grande parte delas nos chegou porque alguns recolheram histórias, guardaram-nas na memória e as repassaram, até que a escrita garantisse sua perenidade. Exemplo disso é Câmara Cascudo, antropólogo potiguar a quem Drummond chamou de pessoa-dicionário: escreveu 150 livros e nos deu a mais prodigiosa memória de nossos antepassados, vindos de origens remotas e diversas. Com elas, Mário de Andrade, por exemplo, começou a repensar a palavra que desloca as aparências, para fazer o novo sem recusar as “antiguidades” que cercam a condição humana; delas nasce a sabedoria no riso e na dor.

A palavra “mimética”, duplamente metafórica, como ensinou Ricoeur em seu *Tempo e narrativa*, desdobra a riqueza das possibilidades do humano, indicia a potência do imaginário e do desejo que nos faz sair da barbárie para a compaixão, para o reconhecimento de si mesmo no outro.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin
Governador do Estado

Marcelo Mattos Araujo
Secretário de Estado da Cultura

Adriana Cybele Ferrari
Coordenadora da Unidade de Bibliotecas e Leitura

SP LEITURAS – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Conselho de administração

Marino Lobello (presidente)
Antônio Dimas de Moraes
Carlos Wendel Magalhães
Dalmo do Valle Nogueira Filho
Dennis Aurélio Giacometti
Flávio Mendes Bitelman
João Conde
Ottaviano Carlo De Fiore
Pedro Bandeira
Ruth Rocha

Conselho fiscal

Maria Eugênia Malagodi (vice-presidente)
Mario César Martins de Camargo
Marisa Barros de Moura

Diretor-executivo

Pierre André Ruprecht

Diretor-administrativo-financeiro

Armando Antongini

Gerente-administrativo-financeiro

Silmara Novo

Gerente de Comunicação

Leonel Prata

Gerente de Projetos Culturais

Marcos Kirst

Gerente de TI

Marcos Coelho

Diretora de Biblioteca

Sueli Marcondes Motta

Gerente Operacional

João Conde